

deve ler-se:

«Cláusula 4.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

- 1 —
 a)
 b)
 c) €1870 nos meses Julho a Dezembro.»

2 de Agosto de 2010. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.
 203637981

Listagem n.º 139/2010

Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem de transferências efectuadas pelo Instituto de Desporto de Portugal, I. P. no 1.º semestre de 2010:

Beneficiário	Montante
Associação Atletismo Algarve	29 257 €
Comité Olímpico Portugal	2 253 750 €
Comité Paralímpico Portugal	129 624 €
Confederação Desporto Portugal	79 882 €
Confederação Portuguesa Associações Treinadores	68 087 €
Federação Académica Desporto Universitário	18 123 €
Federação Andebol Portugal	1 717 142 €
Federação Campismo Montanhismo Portugal	32 960 €
Federação Equestre Portuguesa	99 996 €
Federação Ginástica Portugal	462 313 €
Federação Motociclismo Portugal	297 540 €
Federação Nacional Karaté Portugal	31 248 €
Federação Portuguesa Atletismo	1 599 881 €
Federação Portuguesa Automob. Karting	129 270 €
Federação Portuguesa Ciclismo	545 880 €
Federação Portuguesa Esgrima	305 855 €
Federação Portuguesa Actividades Subaquáticas	16 698 €
Federação Portuguesa Badminton	231 250 €
Federação Portuguesa Basquetebol	1 129 907 €
Federação Portuguesa Bilhar	43 750 €
Federação Portuguesa Canoagem	198 330 €
Federação Portuguesa Corfebol	34 270 €
Federação Portuguesa Dança Desportiva	29 340 €
Federação Portuguesa Desporto p/Pessoas com Defici- ência	224 823 €
Federação Portuguesa Futebol	1 963 812 €
Federação Portuguesa Golfe	160 592 €
Federação Portuguesa Hóquei	173 283 €
Federação Portuguesa Jet Ski	20 000 €
Federação Portuguesa Judo	799 788 €
Federação Portuguesa Lutas Amadoras	198 872 €
Federação Portuguesa Motonáutica	52 970 €
Federação Portuguesa Natação	980 690 €
Federação Portuguesa Orientação	154 251 €
Federação Portuguesa Paraquedismo	35 020 €
Federação Portuguesa Patinagem	730 714 €
Federação Portuguesa Pentatlo Moderno	131 800 €
Federação Portuguesa Pesca Desportiva	30 000 €
Federação Portuguesa Remo	292 040 €
Federação Portuguesa Rugby	499 978 €
Federação Portuguesa Surf	32 625 €
Federação Portuguesa Taekwon-Do	82 318 €
Federação Portuguesa Ténis	578 919 €
Federação Portuguesa Ténis Mesa	218 000 €
Federação Portuguesa Tiro	41 997 €
Federação Portuguesa Tiro Armas Caça	128 610 €
Federação Portuguesa Tiro c/Arco	26 208 €
Federação Portuguesa Trampolins Desportos Acrobáticos	194 990 €
Federação Portuguesa Vela	248 498 €
Federação Portuguesa Voleibol	1 464 350 €
Federação Portuguesa Voo Livre	26 860 €
Federação Portuguesa Xadrez	53 360 €
Federação Triatlo Portugal	361 363 €
Foz Côa Automóvel Clube	17 500 €
Futebol Clube Goleganense	22 500 €
Grupo Desportivo Fabril Barreiro	16 500 €
Parkalgar Parques Tecnológicos	84 050 €
Sociedade Instrução Recreio “Os Pimpões”	20 500 €

Lisboa, 24 de Agosto de 2010. — O Presidente do IDP, IP, *Luís Bettencourt Sardinha*.

203637957

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 13911/2010

O Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de Fevereiro, criou a Escola Portuguesa de Díli — Centro de Ensino e Língua Portuguesa, ao abrigo do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, de 4 de Dezembro de 2002.

Considerando a necessidade de prover o cargo de director da Escola Portuguesa de Díli — Centro de Ensino e Língua Portuguesa, previsto na respectiva estrutura orgânica como cargo de direcção superior do 1.º grau e tendo em conta a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas evidenciadas no currículo do licenciado João de Carvalho Roseiro, anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante, determina-se:

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2, 4 e 5 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção conferida pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 1, 2 e 3, alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de Fevereiro, é nomeado o licenciado João de Carvalho Roseiro para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director da Escola Portuguesa de Díli — Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010.

24 de Agosto de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

Nota curricular

João de Carvalho Roseiro, licenciado em História pela Universidade de Coimbra; professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária D. Manuel Martins — Setúbal; possui as seguintes formações complementares: Curso de Formação de Professores para a Disciplina de Formação Pessoal e Social da Escola Superior de Educação de Setúbal e Certificado de Aptidão Profissional — formador do Ministério para a Qualificação e Emprego; detém a seguinte experiência profissional: leccionou as disciplinas de História de todos os anos de escolaridade do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, foi co-autor de projectos de currículos alternativos, acompanhou a implementação de unidades capitalizáveis na Escola Secundária da Moita, foi monitor no Programa Comunitário de Formação e Integração de Adultos — FIA (1991-1992, Moita), foi consultor da ANEFA, Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos, na área da mobilização social para a formação e educação de adultos (2002), coordenou a elaboração do currículo nacional de história do ensino pré-secundário de Timor-Leste (2005); desempenhou os seguintes cargos: vice-presidente do conselho directivo da Escola Secundária da Moita (1992-1996), vice-presidente do conselho directivo da EB 2,3 Bocage — Setúbal (1999-2000 e 2003-2004), membro da comissão instaladora da Escola Portuguesa de Díli — Centro de Ensino e Língua Portuguesa (2005-2010); publicou a biografia *José Luciano de Castro. Uma Biografia em Construção*. (Ed. da Câmara Municipal da Anadia, 1997, ISBN 972-97585-0-X.)

203638183

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 13912/2010

Considerando que a licenciada Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes tem vindo a desempenhar, ao longo da sua carreira, diversas funções e cargos que a tornam possuidora de uma formação técnica e experiência qualificadas em vastas e diversificadas áreas da Administração Pública;

Havendo necessidade de prover o cargo de Secretário-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública e considerando que os conhecimentos e experiência da licenciada Teresa Maria Caldeira

Temudo Nunes potenciam a sua capacidade de direcção e que fundamentam a adequação do seu perfil ao desempenho desse cargo:

I — Nomeio no cargo de secretária-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, a licenciada Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho.

2 — Este despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2010.

24 de Agosto de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Nota curricular

I — Identificação pessoal

Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes, natural de Lisboa;
Licenciada em Organização e Gestão de Empresas (1979) — Instituto Superior de Economia.

II — Carreira profissional:

Vogal do conselho directivo do Instituto Nacional de Administração, desde 16 de Novembro de 2009;

Técnica superior na Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, de 1 de Dezembro de 2008 a 15 de Dezembro de 2009, tendo ficado posicionada na 13.ª posição remuneratória, nível 54, desde 1 de Janeiro de 2009;

Directora-geral da Administração e Emprego Público, de 1 de Setembro de 2005 a 30 de Novembro de 2008;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, de Abril a Agosto de 2005;

Assessora na Direcção-Geral de Viação, de Fevereiro de 2003 a Março de 2005;

Subdirectora do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, de Maio de 1997 a Julho de 2002;

Assessora do Secretariado para a Modernização Administrativa, de Outubro de 1996 a Maio de 1997;

Chefe de Divisão do Instituto Nacional de Administração, de Outubro de 1992 a Setembro de 1996;

Exerceu funções de técnica superior em diversos serviços da Administração Pública nas áreas de recursos humanos, organização, formação e modernização administrativa, de 1980 a 1991.

III — Experiência profissional:

Na qualidade de vogal do INA, teve a superintendência das equipas multidisciplinares de formação de dirigentes, de quadros superiores, quadros administrativos, o Centro de Documentação e a área de gestão de recursos humanos. Neste âmbito, e após reestruturação interna que agregou as equipas multidisciplinares de formação de quadros superiores e administrativos na Unidade de Formação em Gestão e Administração Pública, promoveu a reestruturação da oferta formativa para 2011, à luz das recentes reformas da Administração Pública e das necessidades de aquisição e desenvolvimento de competências dos trabalhadores para a concretização das mesmas numa perspectiva de optimização de recursos públicos. Colaborou e acompanhou as reformas da Administração Pública aprovadas pelo XVII Governo Constitucional, tendo contribuído para a sua implementação quer através da elaboração de orientações técnicas, circulares, perguntas mais frequentes, efectuando articulação entre a DGAEP e as secretarias-gerais, quer, ainda, através de difusão de informação através de vários meios, nomeadamente via web. Promoveu a recolha, actualização e divulgação de informação sobre os recursos humanos da Administração Pública, inexistente desde 1999, tendo sido responsável pela edição de uma brochura sobre a caracterização dos recursos humanos da Administração Pública a 2005. Foi responsável pelo lançamento do primeiro *Boletim do Observatório do Emprego Público* e pela implementação de alguns projectos transversais à Administração Pública, designadamente o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), na vertente organizacional e de recursos humanos. Responsável pela realização do primeiro Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública, seu acompanhamento e avaliação. Assegurou a realização da Presidência Portuguesa da UE, na área da Administração Pública, no 2.º semestre de 2007. No âmbito internacional participou:

Na rede EUPAN:

Nas reuniões de directores-gerais responsáveis pelas Administrações Públicas da UE e da *troika* de directores-gerais;

No Comité de Governação Pública na OCDE;

Foi membro do conselho de administração do Instituto de Europeu de Administração Pública (EIPA) de 2006 a 2008.

Ao longo da sua carreira desempenhou funções em várias áreas de gestão da Administração Pública, designadamente gestão de recursos humanos, financeiros, organização, qualidade, modernização administrativa e administração electrónica, nesta última como dinamizadora e responsável pela implementação de diversos projectos.

IV — Formação profissional:

Desde 1983 frequentou vários cursos de formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas da gestão de recursos humanos, organização, gestão pública, informática na óptica do utilizador e preparação pedagógica de formadores, nomeadamente na Direcção-Geral de Administração Pública e no Instituto Nacional de Administração. Participou em diversos seminários, encontros, congressos sobre gestão pública, gestão de recursos humanos, modernização administrativa, qualidade e administração pública electrónica. Frequentou em 2005 o seminário de alta direcção, aprovado pela Lei n.º 2/2004. Em 2009 frequentou um curso de formação sobre a contratação pública.

V — Monitoragem:

Formadora, desde 1986, nas áreas de regime jurídico da função pública, quadros e carreiras, administração de pessoal, gestão de recursos humanos, SIADAP—Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho, LVCR — regime de vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, modernização administrativa e qualidade, em diversos organismos da administração pública central e regional;

Oradora em conferências e seminários sobre as actuais reformas da Administração Pública.

V — Publicações:

Elaborou a brochura *Plano e Relatório de Actividades*, editada pelo SMA em 1997.

203639374

Despacho n.º 13913/2010

1 — Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, é renovada, por três anos, a comissão de serviço do Prof. Doutor José António de Azevedo Pereira no cargo de direcção superior de 1.º grau de director-geral dos Impostos, com fundamento nos resultados obtidos na actividade até agora desempenhada, demonstrados no relatório apresentado nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 25 de Janeiro, bem como na aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo no qual é reconduzido, evidenciadas na nota curricular anexa ao presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 27 de Setembro de 2010.

24 de Agosto de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: José António de Azevedo Pereira;
Estado civil: casado.

2 — Habilitações académicas:

Agregação em Gestão pelo ISEG — UTL (2006);
Doutoramento em Business Administration pela Manchester Business School, da Manchester University (1997);
Mestrado em Gestão pelo ISEG — UTL (1992);
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG — UTL (1984).

3 — Experiência profissional não académica (lista não exaustiva):

Direcção-Geral dos Impostos — director-geral;
Presidente do conselho de administração fiscal;
Presidente do conselho de administração do FET (2007 — ...);
EDP — membro do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade (2006-2007);
EPAC Comercial, S. A. — administrador (1998 — 2000);
EPAC, Empresa para a Agroalimentação e Cereais, S. A. — administrador (1998-2000);
TRADINGPOR, S. A. — director financeiro (1989-1994);
RESIPOR, S. A. — administrador (1991-1994);
PARTEX, S. A. — consultor financeiro (1988-1989);